

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.690.176 - SP (2017/0193321-3)

RELATOR : **MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**
EMBARGANTE : UNNAFIBRAS TEXTIL LTDA. EM RECUPERACAO JUDICIAL
ADVOGADOS : GILSON JOSÉ RASADOR E OUTRO(S) - SP129811
SANDRO MARCIO DE SOUZA CRIVELARO - SP239936
ADVOGADOS : AMANDA RODRIGUES GUEDES - SP282769
WASHINGTON LACERDA GOMES - SP300727
GABRIELA DINIZ RIBEIRO - SP359048
LAÍS BORGES DE NORONHA - SP360569
EMBARGADO : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR : CLÁUDIA CAVALLARI FERREIRA MARQUES E OUTRO(S) - SP086957

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ART. 1.022 DO CPC/2015. VÍCIOS CONFIGURADOS. MULTA DO ART. 538, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC/1973, CORRESPONDENTE AO ART. 1.026, §3º, DO CPC/2015. AFASTAMENTO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO ACOLHIDOS. RECURSO ESPECIAL PROVIDO PARA AFASTAR A MULTA.

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos contra decisão, assim ementada (fl. 706):

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. PEDIDO DE MAJORAÇÃO. ARBITRAMENTO EM VALOR IRRISÓRIO. EXCEPCIONALIDADE. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

O embargante sustenta que a decisão foi omissa na análise de violação ao art. 538, p. único, do CPC/1973, no que diz respeito especificamente à multa fixada na origem, por ocasião do julgamento dos embargos de declaração (fls. 607/612).

Sem impugnação.

É o relatório.

Nos termos do que dispõe o artigo 1.022 do CPC/2015, cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para esclarecer obscuridade, eliminar contradição, suprir omissão de ponto ou questão sobre a qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento, bem como para corrigir erro material.

A decisão embargada, de fato, foi omissa no enfrentamento da aplicabilidade da multa do art. 538, p. único, do CPC/1973, no que diz respeito a conclusão do acórdão recorrido quanto ao caráter protelatório dos embargos de declaração.

Quanto ao ponto, portanto, cabe a complementação da decisão de fls. 706/708.

Assiste razão à parte recorrente quanto à multa fixada na origem, uma vez que o Superior Tribunal de Justiça sumulou entendimento no sentido de que embargos de declaração opostos com o intuito de prequestionamento não devem ser considerados procrastinatórios.

Nesse sentido é a redação da Súmula 98 deste Tribunal, a qual determina que os embargos de declaração manifestados com notório propósito de prequestionamento não têm caráter protelatório.

Ante o exposto, **acolho** os embargos de declaração, complementando a decisão de fls. 706/708, para dar provimento ao recurso especial também para afastar a multa do art. 538, p. único do CPC/1973, fixada na origem.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES

Relator

